



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas
Faculdade de Administração e Ciências Contábeis
Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de
Informação



Maria Terezinha Mercadante A. Cheve

**Catálogo de Autoridades da Base Minerva da UFRJ:
Uma contribuição à padronização dos pontos de acesso para
autores pessoais**

Orientadora: Maria José Veloso da Costa Santos
Coorientadora: Maria Irene da Fonseca e Sá

**Rio de Janeiro
2010**

Maria Terezinha Mercadante A. Cheve

**Catálogo de Autoridades da Base Minerva da UFRJ:
Uma contribuição à padronização dos pontos de acesso para
autores pessoais**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de
Informação, da UFRJ, para obtenção do grau de
Bacharel em Biblioteconomia.

Orientadora: Maria José Veloso da Costa Santos e
Coorientadora: Maria Irene da Fonseca e Sá.

**Rio de Janeiro
2010**

C527 Cheve, Maria Terezinha Mercadante Alves.

Catálogo de autoridades da Base Minerva da UFRJ: uma contribuição à padronização dos pontos de acesso para nomes pessoais / Maria Terezinha Mercadante Alves Cheve; orientadora: Maria José Veloso da Costa Santos, coorientadora: Maria Irene da Fonseca e Sá. - Rio de Janeiro: 2010.

39 f. : il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia)
Universidade Federal do Rio de Janeiro.

1. Padronização da catalogação. 2. Catálogo de Autoridade. 3. Base Minerva. I. Santos, Maria José Veloso da Costa. II. Título.

CDD: 025.32

Maria Terezinha Mercadante A. Cheve

**Catálogo de Autoridades da Base Minerva da UFRJ:
Uma contribuição à padronização dos pontos de acesso para autores
pessoais**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de
Informação, da UFRJ, para obtenção do grau de
Bacharel em Biblioteconomia.

Data de Aprovação: 12 de agosto de 2010

Maria José Veloso da Costa Santos
Mestre em Ciência da Informação
Professora Assistente da UFRJ

Maria Irene da Fonseca e Sá
Mestre em Engenharia de Sistemas e Computação
Professora Assistente da UFRJ

Ana Maria Senna
Mestre em Ciência da Informação
Professora Assistente da UFRJ

Agradecimentos

Ao meu marido Gelber e aos meus filhos Felipe e Camila, pelo apoio constante e pela paciência em tolerar a minha ausência.

Aos meus colegas de turma, especialmente à Conceição Ferreira, por terem tornado meus dias ainda mais alegres.

Às minhas orientadoras professoras Maria José Veloso da Costa Santos e Maria Irene da Fonseca e Sá, pelo incentivo e auxílio às atividades deste Trabalho de Conclusão de Curso.

À coordenadora do curso, Mariza Russo, pelo carinho, dedicação e entusiasmo demonstrados ao longo do curso.

À Elisa Amaral, bibliotecária responsável pela base Minerva, pelas orientações que tornaram possível a minha pesquisa.

E, finalmente, a DEUS, pela oportunidade de vivenciar tamanha experiência.

**“Há muitas coisas que só parecem impossíveis
enquanto não tentamos fazê-las.”**

André Gide

CHEVE, Maria Terezinha Mercadante Alves. **Catálogo de autoridades da base Minerva da UFRJ**: uma contribuição à padronização dos pontos de acesso para autores pessoais. 2010. 38 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

RESUMO

Analisa a base Minerva da UFRJ quanto à padronização de pontos de acesso para autores pessoais. A partir da revisão da literatura descrevem-se os padrões e formatos internacionalmente aceitos na representação descritiva bem como, as novas tendências internacionais, destacando-se a importância de sua adoção em um sistema/rede de catalogação cooperativa para possibilitar o compartilhamento de informações. Apresenta um breve histórico da catalogação cooperativa no Brasil, da criação do Sistema de Bibliotecas e Informação SiBI/UFRJ e do processo de automação das bibliotecas da UFRJ: a base Minerva, seu software de implantação – o ALEPH e a geração do catálogo de autoridades. O método utilizado foi da “pesquisa-ação”, uma vez que se pretende promover uma ação de mudança do *status quo* da catalogação cooperativa nessa rede de bibliotecas, cujos atores têm papel ativo na transformação da realidade encontrada. A coleta de dados foi realizada por meio de pesquisa nas catalogações existentes na própria base Minerva, que gerou uma lista de nomes com cabeçalhos diversos para o mesmo autor e que serviu de base para a análise. Essa análise visa a contribuir para a precisão na recuperação da informação no momento da busca pelo usuário.

Palavras-chave: Padronização da catalogação. Catálogo de Autoridades. Base Minerva.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 - Evolução da Informatização do Acervo na Base Minerva 1970-2008	20
Gráfico 2 - Nomes pessoais com a Letra Q - Base Minerva da UFRJ – 2010	23
Quadro 1 - Número de Entradas x Número de Repetições	23
Gráfico 3 - Resultados obtidos após a pesquisa – 2010	24
Gráfico 4 - Fontes consultadas para as 70 entradas autorizadas	24
Gráfico 5 - Inconsistências encontradas nas 923 entradas com a Letra Q - Base Minerva da UFRJ – 2010	25
Quadro 2 - Resultado da pesquisa realizada nas listas de autoridades, em 2010	30

LISTA DE SIGLAS

AACR2r	<i>Anglo-American Cataloguing Rules, second edition</i>
ALEPH	<i>Automated Library Expandable Program</i>
BAGER	Base Gerencial
BNCR	<i>Biblioteca Nazionale Centrale di Roma</i>
BNE	<i>Biblioteca Nacional de España</i>
BnF	<i>Bibliothèque nationale de France</i>
CALCO	Catálogo Legível por Computador
DASP	Departamento Administrativo do Serviço Público
DNB	<i>Deutsche Nationalbibliothek</i>
E-R	Entidade-Relacionamento
FBN	Fundação Biblioteca Nacional
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FRAD	<i>Functional Requirements for Authority Data</i>
FRBR	<i>Functional Requirements for Bibliographic Records</i>
IBBD	Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IFLA	<i>International Federation of Library Associations and Institutions</i>
ISBD	<i>International Standard Bibliographic Description</i>
ISO	<i>International Organization for Standardization</i>
LC	<i>Library of Congress</i>
MARC	<i>Machine Readable Cataloging</i>
OCLC	<i>Online Computer Library Center</i>
OPAC	<i>Online Public Access Catalog</i>
RDA	<i>Resource Description and Access</i>
RIEC	Reunião Internacional de Especialistas em Catalogação
SiBI	Sistema de Bibliotecas e Informação
SIC	Serviço de Intercâmbio de Catalogação
SRI	Sistema de Recuperação de Informação
VIAF	<i>Virtual International Authority File</i>

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	OBJETIVOS	10
2.1	Geral	10
2.2	Específicos	10
3	JUSTIFICATIVA	11
4	PADRONIZAÇÃO DA CATALOGAÇÃO	11
4.1	Catalogação Cooperativa	13
4.1.1	Catalogação Cooperativa no Brasil	13
4.2	Padrões Internacionais para representação descritiva	14
4.2.1	Formato MARC	15
4.2.2	Código de Catalogação Anglo-Americano – segunda edição revista (AACR2r)	16
4.2.3	<i>International Standard Bibliographical Description (ISBD)</i>	17
4.2.4	Novas tendências da Representação Descritiva: FRBR, FRAD e VIAF ...	17
5	SISTEMAS DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO (SiBI) da UFRJ .	18
5.1	Referencial histórico	18
5.2	Base Minerva	19
5.2.1	ALEPH	20
5.2.2	Catálogo de Autoridades	21
6	METODOLOGIA	22
7	RESULTADOS	23
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	25
	REFERÊNCIAS	27
	APÊNDICE A - Resultado da pesquisa realizada nas listas de autoridade ..	30

1 INTRODUÇÃO

Um Sistema de Recuperação de Informação (SRI) tem a função de propiciar a comunicação entre o acervo e seus usuários. Para que esta comunicação ocorra, se faz necessária adoção de padrões que sejam inteligíveis tanto para o SRI quanto para o usuário.

Ao se representar descritivamente documentos, via de regra, padronizam-se os pontos de acesso usando a segunda edição revista do *Anglo American Cataloging Rules* (AACR2r), traduzida para o português como Código de Catalogação Anglo-Americano – 2ª edição revista, código adotado nacionalmente nas unidades de informação. A partir dessa representação, geram-se “produtos (catálogos) que servem como veículos de comunicação entre acervos, reais e/ou virtuais, e os usuários.” (MEY, 1987).

Na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), as unidades de informação encontram-se integradas pelo Sistema de Bibliotecas e Informação (SiBI/UFRJ), formado por 44 unidades de informação especializadas em todos os campos da atividade humana. Esse acervo encontra-se representado e disponibilizado por meio da base de dados Minerva, catálogo coletivo *online* aberto à consulta remota.

A partir de pesquisas na Base Minerva, percebeu-se certa inconsistência nas entradas para autores pessoais, daí a necessidade de padronização das mesmas, de modo a não se ter cabeçalhos diversos para o mesmo autor. Essa inconsistência pode estar ligada tanto às migrações realizadas de catálogos manuais, como também, pela falta de profissionais para realizar periodicamente uma revisão consistente.

Esse fato estimulou a escolha do tema do presente trabalho de conclusão de curso, de forma a contribuir para a precisão na recuperação de pontos de acesso de autores bem como, para a complementação do catálogo de autoridades¹ na base Minerva.

Este trabalho aborda a importância da padronização e a utilização de formato de intercâmbio internacionalmente aceito em uma rede ou sistema de catalogação² cooperativa visando ao intercâmbio de dados entre unidades de informação. Contextualizará o Sistema de Bibliotecas

¹ Catálogo de pontos de acesso autorizados, no caso, pontos de acesso de autores.

² Catalogação, descrição bibliográfica ou representação descritiva são usadas como sinônimos.

da Universidade Federal do Rio de Janeiro, cenário onde se dá a catalogação cooperativa e o seu produto, a base de dados Minerva assim como, o *software* gerenciador dos dados - o ALEPH³.

Será abordada a escolha do tema “padronização”, expondo a justificativa para a adoção de padrões no momento da catalogação, bem como os objetivos deste trabalho. Serão apresentados o histórico e os recursos utilizados na padronização da catalogação. Em seguida, os processos adotados na catalogação serão descritos, enfocando a entrada pelo nome pessoal, enquanto objeto deste trabalho. Será descrita a metodologia adotada para o alcance dos objetivos assim como, os resultados obtidos serão analisados. Por fim, serão realizadas algumas considerações e recomendações.

2 OBJETIVOS

Apresentam-se como objetivos desta pesquisa:

2.1 Geral

Contribuir para a padronização dos pontos de acesso principal e secundário para nomes de pessoas bem como, para a formação do Catálogo de Autoridades de autores na Base Minerva da UFRJ.

2.2 Específicos

- eliminar as duplicidades de entradas para nomes pessoais iniciados pela Letra Q;
- otimizar a recuperação da informação no momento da busca pelo usuário; e
- auxiliar para a credibilidade das informações contidas na Base Minerva quanto às entradas dos autores.

³ Automated Library Expansable Program.

3 JUSTIFICATIVA

Com o surgimento do computador e a possibilidade de seu uso no tratamento de dados bibliográficos, torna-se indiscutível a necessidade da adoção de padrões que possibilitem o compartilhamento de recursos, facilitando o intercâmbio e a recuperação da informação.

A representação descritiva de um item se dá em três etapas:

- a) determinação dos pontos de acesso (principal e secundários);
- b) descrição bibliográfica; e
- c) número de localização.

São os pontos de acesso, como o próprio nome sugere, que determinarão as buscas realizadas pelos usuários. Dentre os pontos de acesso, destacam-se para o interesse deste trabalho, os pontos de acesso para nomes pessoais que compõem a busca por autores em um catálogo, seja ele eletrônico ou não.

A falta de rigor no momento da catalogação de um item, especificamente na determinação desses pontos de acesso, resulta em duplicidade de representação de entrada de autores, sejam eles pessoas ou entidades coletivas, o que acarreta que um mesmo autor seja representado de formas diferentes em um catálogo ou base de dados. A padronização então, é necessariamente imposta porque é ela que irá garantir a precisão na recuperação da informação pelos usuários no momento da busca.

A busca na base Minerva da UFRJ, apesar dos esforços de padronização empreendidos, apresenta duplicidade de entradas para autores pessoais. Sendo assim, considera-se que o trabalho de conclusão de curso apresentado se justifica pela contribuição que traz para a correção de entradas de autores nessa base, de modo a garantir pontos de acesso de forma padronizada e possibilitar o intercâmbio de dados.

4 PADRONIZAÇÃO DA CATALOGAÇÃO

Para Hopkinson (1985), a recuperação da informação torna-se mais difícil e menos eficiente, devido à ausência de regras comuns de entrada de dados. O autor enfatiza a importância e as

vantagens da padronização das informações, que influenciarão positivamente na fase de pesquisa e recuperação da informação.

A padronização de dados é fundamental na troca de informações ou envio de informações para um sistema, devendo-se dar atenção também à forma de preenchimento no que diz respeito aos pontos de acesso (entradas), de acordo com as regras de catalogação, sob risco de prejudicar o intercâmbio e a recuperação da informação. Assim, percebe-se a importância de possuir formas de acesso uniformes para nomes pessoais. Entretanto, mesmo com regras de escolha de formato de cabeçalhos é provável que se encontre variações. Segundo Rather (1977, p. 25-26), este problema se origina de duas fontes distintas. A primeira é a dificuldade de estabelecer regras que sejam interpretadas de maneira igual por dois catalogadores diferentes. A segunda decorre das regras, que apesar de especificarem qual a forma do nome que deve ser utilizada, permitem que seja acrescentada qualquer informação adicional que se faça necessária para distinguir um cabeçalho de outro.

A automação dos catálogos de bibliotecas e sua disponibilização para acesso público e *online*, conhecidos na literatura como OPACs⁴, permitiu uma nova forma de compartilhamento de dados, a catalogação cooperativa, que otimiza o trabalho do bibliotecário porque possibilita que o item seja catalogado uma única vez e sua catalogação seja compartilhada por diversas bibliotecas de um mesmo SRI. O espaço de tempo entre a produção e a disponibilização nas estantes também se beneficiou da catalogação compartilhada bem como, há a economia de recursos humanos e financeiros.

Segundo Souza Filho (1991, p. 169):

A atividade técnica de uma biblioteca é essencialmente normativa. Apoia-se em normas para descrição física dos documentos (normas de catalogação), para seu acesso físico (normas de classificação), e para indexação/recuperação de seu conteúdo (normas de representação). A catalogação tem por função identificar e descrever os documentos de uma biblioteca reunindo-os em um catálogo/lista, obedecendo a um determinado arranjo que possibilite localizá-los.

Cabe ressaltar que, apesar de a catalogação (representação do documento físico) basear-se em informações que estão contidas no próprio documento, sua recuperação só terá sucesso se o trabalho do catalogador tiver sido feito de acordo com as determinações das normas adotadas

⁴ *On line Public Access Catalogs*

para tal fim, onde cada item é representado por um registro estruturado contendo campos de dados bem definidos. Esse procedimento torna os metadados interoperáveis.

Com a padronização é possível realizar um trabalho cooperativo de representação descritiva entre as unidades de informação. O desenvolvimento desta tarefa é o que a literatura chama de catalogação cooperativa.

4.1 Catalogação Cooperativa

O princípio que norteia a catalogação cooperativa, segundo Campello (2006, p. 68), sugere que “um livro poderia ser catalogado uma única vez e essa catalogação seria utilizada por todas as bibliotecas interessadas, com economia de recursos humanos e financeiros.”

O pioneiro da catalogação cooperativa foi o bibliotecário americano Charles Jewett que propôs, em 1850, que a biblioteca da Smithsonian Institution, dos Estados Unidos, onde ele trabalhava, funcionasse como biblioteca nacional americana, coletando aí dados catalográficos das bibliotecas americanas, formando um catálogo coletivo.

Embora a ideia de Jewett não tenha prosperado, no século XX, em 1901, a Library of Congress (LC), dos Estados Unidos, inicia um trabalho similar no qual, por meio de pagamento, as bibliotecas do mundo inteiro poderiam receber jogos de fichas catalográficas de determinados itens já catalogados no acervo da LC, duplicadas por meio de impressão. Esse serviço de distribuição de fichas muito contribuiu para a padronização da catalogação, uma vez que as fichas distribuídas eram idênticas para todas as bibliotecas que assinavam o serviço.

4.1.1 Catalogação Cooperativa no Brasil

A atividade de catalogação cooperativa no Brasil teve início com a criação do Serviço de Intercâmbio de Catalogação (SIC), implantado por Lydia de Queiroz Sambaquy, em 1942, na Biblioteca do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) nos moldes da LC. O SIC recebia as descrições bibliográficas realizadas pelas bibliotecas integradas ao sistema, procedia a revisão, padronização e duplicação por meio de impressão, adotando o Código da

Vaticana, código que nessa época era utilizado em grande escala no país para a padronização da catalogação.

A partir de 1947, o SIC uniu-se à Fundação Getúlio Vargas (FGV) que ficou responsável pelo treinamento em catalogação e pela sua padronização. Em 1954, com a criação do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), o SIC passou a pertencer a esse Instituto.

De acordo com Lima, Raposo e Santos (1992, p. 194), em 1970, “com a divulgação do Projeto MARC (Machine Readable Cataloging), o SIC decidiu pela modernização e reformulação.” Surgiu assim, o Projeto CALCO (Catalogação Legível por Computador), desenvolvido por Alice Príncipe Barbosa, especialmente para transformar o SIC numa central de catalogação automatizada. O CALCO foi baseado no MARC II, linguagem padrão para intercâmbio de dados bibliográficos. Em 1973, depois de 31 anos, o SIC deixou de funcionar.

O CALCO possibilitou o surgimento, no início da década de 1980, da Rede Bibliodata/CALCO, hoje, Bibliodata, da FGV, reconhecida como uma das iniciativas de catalogação cooperativa mais bem sucedidas no Brasil.

O CALCO evoluiu com estudos desenvolvidos pelo Escritório CALCO, criado pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Contava com a participação da Biblioteca Nacional e Fundação Getúlio Vargas e, em 1986, foi lançado o Formato de Intercâmbio Bibliográfico e Catalográfico (Formato IBICT).

4.2 Padrões Internacionais para representação descritiva

Esse capítulo descreve o padrão internacional para entrada e intercâmbio de dados no computador – Formato MARC, o Código de Catalogação Anglo Americano atualmente em uso no Brasil – o AACR2r e sua evolução, o padrão internacional para a parte descritiva da catalogação – a *International Standard Bibliographical Description* (ISBD) e o novo modelo utilizado na representação descritiva.

4.2.1 Formato MARC

O formato MARC surgiu na década de 1960, da necessidade da LC de substituir as fichas impressas para o intercâmbio bibliográfico por fichas geradas por computador. Esse padrão evoluiu para MARC 21, na segunda metade da década de 1980, com a unificação das variantes desse formato, como: USMARC (MARC dos Estados Unidos), CANMARC (MARC do Canadá) e UKMARC (MARC do Reino Unido). É utilizado pela maioria dos sistemas de informação do mundo (MODESTO, 2009).

O MARC 21 foi concebido de acordo com a norma ISO 2709, padrão que possibilita a comunicação entre sistemas para intercâmbio de dados, além de permitir a transferência de registros de um banco de dados para outro, sem perda de informações, independente de *software* ou *hardware* (MODESTO, 2007).

O MARC 21 é formado por cinco formatos, conhecidos como família MARC:

- MARC 21 *Format for Bibliographic Data* - Formato MARC 21 para Dados Bibliográficos;
- MARC 21 *Format for Authority Data* - Formato MARC 21 para Dados de Autoridade;
- MARC 21 *Format for Holdings Data* - Formato MARC 21 para Dados de Coleção e Localizações;
- MARC 21 *Format for Classification Data* - Formato MARC 21 para Dados de Classificação; e
- MARC 21 *Format for Community Information* - Formato MARC 21 para Informação Comunitária.

Para o interesse deste trabalho, destaca-se o Formato MARC 21 para Dados de Autoridade destinado a formas autorizadas, ou, cabeçalhos autorizados de nomes (autores e entidades) e de assuntos e suas subdivisões, que são os pontos de acesso da catalogação de um item. É esse formato que, uma vez escolhida a forma autorizada do nome por meio das regras de catalogação, garante que as entradas sejam unificadas.

4.2.2 Código de Catalogação Anglo-Americano – segunda edição revista (AACR2r)

Código de Catalogação é o conjunto de regras de catalogação que determinam como elaborar a descrição bibliográfica e os pontos de acesso de um determinado item. O código de catalogação em uso no Brasil é o Anglo-American Cataloging Rules, second edition revised (AACR2r), publicado em 2002 e traduzida para o português em 2005 (SANTOS, 2007).

O capítulo 22 do referido código, “trata dos cabeçalhos de ponto de acesso para os nomes pessoais, sejam estas pessoas responsáveis por uma obra ou assunto de uma obra (como no caso de biografias). Esse capítulo também se divide em duas partes: na primeira, as regras sinalizam para a escolha do nome do responsável (autor), que será a base para o cabeçalho; na segunda, as regras indicam a forma do cabeçalho a partir do nome escolhido. As duas etapas são importantes porque as pessoas, às vezes, usam mais de uma forma de pseudônimo simultaneamente, ou usam um único pseudônimo em conjunto com outra(s) pessoa(s).” (MEY, 2009, p. 154).

Diante do cenário digital de mudanças tecnológicas constantes, a representação descritiva passa a demandar novas exigências na descrição bibliográfica. Então, a *Joint Steering Committee (JSC) for Development of RDA*, apoiada pela *International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA)* ocupou-se em desenvolver um novo código que substituísse o AACR2 – o Resources Description and Access (RDA) - Descrição e Acesso de Recursos (MODESTO, 2008).

O RDA tem a intenção de ser um código internacional de catalogação, de aceitação global para uso em bibliotecas, arquivos, museus e editoras, com foco centrado no usuário e suas necessidades de busca, incorporando em suas regras a terminologia dos *Functional Requirements for Bibliographic Records (FRBR)* que será tratado na seção 4.2.4 (SANTOS, 2007).

Prevvia-se que o RDA fosse publicado, ainda em 2009, em substituição ao AACR2r uma vez que o segundo provê orientações sobre como catalogar recursos digitais e auxilia melhor aos usuários para “encontrar, identificar, selecionar e obter a informação desejada”. O RDA compreende 38 capítulos, sendo o capítulo 0 preliminar; 10 seções, nas quais se encontram 37 capítulos; e 13 apêndices. (MEY, 2009).

4.2.3 *International Standard Bibliographical Description (ISBD)*

Em 1969, a IFLA promove a Reunião Internacional de Especialistas em Catalogação (RIEC) ocorrida em Copenhague, na Dinamarca. Destacou-se nessa reunião o trabalho de Michael Gorman sobre normas internacionais para a parte descritiva do processo de catalogação que facilitaria a entrada de dados no computador (SANTOS, 2007).

Em 1971, a IFLA publica a ISBD (M) para a descrição de monografias, primeira de uma série de normas que ficaram conhecidas como ISBDs e que variam de acordo com o suporte a ser catalogado como: ISBD (CR) para periódicos, ISBD (PM) para partituras musicais, ISBD (ER) para recursos eletrônicos etc. As ISBDs foram incorporadas à segunda edição do Código de Catalogação Anglo Americano.

4.2.4 Novas tendências da Representação Descritiva: FRBR, FRAD e VIAF

Com a proliferação de material eletrônico e em multimídia disponível na Internet, a IFLA criou um grupo de trabalho para realizar estudos e designar um núcleo básico mínimo de descrição bibliográfica para melhor atendimento às necessidades de busca dos usuários. Surgiu então, o Functional Requirements for Bibliographic Records (FRBR), em português Requisitos Funcionais para Dados Bibliográficos e o Functional Requirements for Authority Data (FRAD), em português Requisitos Funcionais para Dados de Autoridade.

O FRBR é uma metodologia centrada no modelo computacional entidade-relacionamento (E-R) que serve como uma base teórica para a elaboração de regras de descrição bibliográfica, que se baseiam nas buscas realizadas pelos usuários para “encontrar, identificar, selecionar e obter” a informação que necessita. Apresenta as entidades, os atributos e os relacionamentos necessários aos registros bibliográficos (SILVEIRA, 2007). Segundo Modesto (2008) o FRBR “oferece a possibilidade de realizar uma única busca, para encontrar todos os materiais relacionados, mesmo eles estando em diferentes línguas, edições, ou com diferentes cabeçalhos de assuntos”.

O FRBR apresenta como desdobramento o FRAD criado para controlar os registros de autoridades, denominados pontos de acesso controlados em nível internacional.

O RDA foi construído com base nesses modelos.

Visando a facilitar a busca entre línguas em qualquer parte do mundo, tornando as entradas autorizadas realmente internacionais, a Online Computer Library Center (OCLC) em conjunto com a LC e a Biblioteca Nacional da Alemanha⁵ implementou o projeto Virtual International Authority Files (VIAF). Esse projeto é formado por várias bibliotecas nacionais, cujo objetivo é reduzir o custo e aumentar a utilidade dos registros de autoridade das bibliotecas através da correspondência e ligações dos registros de autoridade de bibliotecas nacionais, e tornar a informação destes registros disponível na Web.

De acordo com Gorman (2004, p. 12, apud ASSUMPÇÃO, F.S.),

O controle bibliográfico é literalmente impossível sem o controle de autoridade. A catalogação não pode existir sem pontos de acesso padronizados e o controle de autoridade é o mecanismo pelo qual nós alcançamos o grau necessário de padronização.

5 SISTEMAS DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO (SiBI) da UFRJ

Esse trabalho tem como cenário o SiBI, que há 27 anos vem desenvolvendo ações para promover a integração das bibliotecas da UFRJ, bem como para sua integração às políticas acadêmicas e administrativas da instituição. É consolidado o reconhecimento de seu papel como estrutura de apoio indispensável aos programas de ensino, pesquisa e extensão e à cooperação técnico-científica, cultural, literária e artística da Universidade.

5.1 Referencial histórico

Com o objetivo de organizar um programa de aquisição centralizada de periódicos estrangeiros de modo a evitar a duplicação de compra desse material pelas bibliotecas da UFRJ, foi criado pela Reitoria, em 1983, um grupo de trabalho para estudar a integração dessas bibliotecas de forma sistêmica. Em 1986 o grupo de trabalho passou a ser coordenado pela professora Lena Vânia Ribeiro Pinheiro e passou a ser uma comissão para a implementação de um sistema de bibliotecas da UFRJ, que seria o SiBI.

⁵ Deutsche Nationalbibliothek (DNB)

O SiBI tem como objetivos: integrar as bibliotecas da UFRJ à política educacional e administrativa da Universidade; dar suporte aos programas de ensino, pesquisa e extensão da Instituição; estimular a colaboração técnico-científica, literária e artística entre os pesquisadores; desenvolver serviços e produtos que atendam às exigências de relevância e rapidez no atendimento à comunidade (RUSSO, RODRIGUEZ PEREZ, SANTOS, 1998).

O SiBI atua como órgão promotor do desenvolvimento das bibliotecas, da capacitação continuada de seus profissionais em todos os níveis, da atualização e manutenção dos acervos, modernização e informatização, definição de políticas de informação e padrões técnicos.

O acervo das unidades de informação que compõem o SiBI está representado em quase toda a sua totalidade na base Minerva da UFRJ.

5.2 Base Minerva

Para a informatização dos catálogos das unidades de informação da UFRJ, visando à integração virtual do acervo das bibliotecas da UFRJ foi adquirido o sistema gerenciador de bibliotecas – ALEPH, através do qual foi criada a base de dados Minerva, catálogo coletivo online, disponibilizado para consulta pública na Internet, cujo acesso pode ser realizado através do site: www.minerva.ufrj.br.

A base de dados Minerva utiliza como padrões para a representação descritiva o MARC 21 - campos 1XX e 7XX para Termos Autorizados e 4XX, para Termos Não-Autorizados, e o AACR2r, padrões, como já visto, internacionalmente aceitos.

Inicialmente, foi feita a conversão das diversas bases existentes para esse novo sistema e num segundo momento iniciou-se a inclusão de dados dos acervos novos pelas unidades de informação que fazem parte do Sistema. O gráfico a seguir, ilustra a evolução da informatização dos catálogos das unidades de informação da UFRJ.

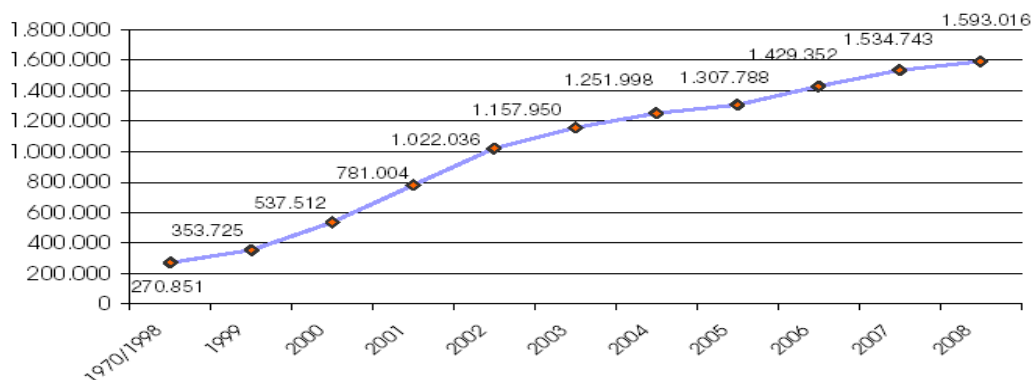


Gráfico 1 - Evolução da Informatização do Acervo na Base Minerva 1970-2008
 Fonte: SiBI/DDB/BAGER

5.2.1 ALEPH

O ALEPH é um *software* desenhado especificamente para o gerenciamento de bibliotecas e centros de documentação e informação. Criado pela Universidade Hebraica de Jerusalém, sua primeira versão é de 1980. É um sistema amigável e totalmente integrado; todos os módulos, com exceção do banco de dados que gerencia o grupo de itens de fontes externas – empréstimo entre bibliotecas –, possuem o mesmo banco de dados.

A Ex-Libris é a empresa responsável pelo *software* ALEPH, criada especificamente para comercializá-lo. Sua sede é em Jerusalém e no Brasil possui representação por um escritório em São Paulo. É um *software* do qual 60% de sua clientela constitui-se de bibliotecas universitárias. No Brasil são 37 instituições das quais 19 são universidades.

Os módulos integrados do sistema incluem:

- a) OPAC (Online Public Access Catalog);
- b) ADAM (Módulo de Biblioteca Digital do ALEPH);
- c) Catalogação;
- d) Aquisição;
- e) Circulação;
- f) Compartilhamento de recursos;
- g) Geração de relatórios;
- g) Empréstimo entre bibliotecas.

O ALEPH é adaptável aos mais diversos tipos de instituições: bibliotecas, museus, arquivos e centros de pesquisa, privilegiando o tratamento e recuperação de informações bibliográficas, museológicas e arquivísticas.

O módulo catalogação, especificamente, será o objeto de estudo deste trabalho porque trata das entradas de nomes pessoais no catálogo de autoridades gerado pelo sistema.

5.2.2 Catálogo de Autoridades

Considerando-se a necessidade de se determinar pontos de acesso a registros bibliográficos para as formas controladas de nomes de pessoas que sejam importantes para encontrar, identificar e selecionar o recurso bibliográfico que se descreve, devem-se utilizar como pontos de acesso a um registro de autoridade, a forma autorizada do nome.

Para Cutter (apud MEY, 2009, p. 12), os objetivos do catálogo são:

- a) permitir a uma pessoa encontrar um livro do qual ou o autor, o título ou o assunto seja conhecido;
- b) mostrar o que a biblioteca possui de um autor determinado, de um assunto determinado ou de um tipo determinado de literatura; e
- c) ajudar na escolha de um livro de acordo com sua edição (bibliograficamente) ou de acordo com seu caráter (literário ou tópico).

Para Ranganathan (apud MEY, 2009, p. 13) “um catálogo de biblioteca deveria ser projetado para:

- a) revelar a cada leitor o seu documento;
- b) revelar a cada documento o seu leitor;
- c) poupar o tempo do leitor; e
- d) poupar o tempo da equipe.”

Calloni (2004) explica que “uma função chave do controle de autoridade é a possibilidade de obter consistência nos nomes utilizados como pontos de acesso aos registros bibliográficos.

No ALEPH, há dois métodos para obter a consistência em suas entradas:

- a) consultar e copiar um cabeçalho pré-existente antes de salvar o registro no servidor; e
- b) atualização automática de cabeçalhos não-autorizados para a sua forma autorizada após salvar o registro em seu servidor.”

6 METODOLOGIA

Adota-se o método da “pesquisa-ação”, uma vez que se pretende promover uma ação de mudança do *status quo* da rede de bibliotecas, cujos atores têm papel ativo na transformação daquela realidade. O trabalho foi composto das seguintes etapas:

Etapa 1 – pesquisa na base Minerva para detectar a duplicidade de entradas diversas para nomes diferentes, sejam eles autores pessoais ou entidades coletivas, considerando-se para esse estudo apenas as entradas para nomes de pessoas.

Etapa 2 – escolha de uma letra do alfabeto como amostragem para a pesquisa. Optou-se pela **letra Q** por ser a letra que apresentava menor número de entradas no módulo OPAC da Base Minerva, o que torna o estudo possível devido à exiguidade de tempo.

Etapa 3 – Identificação das entradas duplicadas na letra Q que foram listadas, uma a uma e que compõem o apêndice 1 do presente trabalho.

Etapa 4 – Para essas entradas de autores pessoais duplicados foi realizada pesquisa sobre a forma autorizada para cada um desses autores, tendo como referência a lista de autoridades adotada pela Fundação Biblioteca Nacional (BN), para autores nacionais, e LC para autores estrangeiros, e, quando necessário, foram realizadas pesquisas na biblioteca nacional do país de origem dos autores. Para os nomes duplicados e que não foram encontrados nas bibliotecas de referência, foram sugeridos conforme indicação do Capítulo 22 (Cabeçalhos para Pessoas), do AACR2r. Foram, também, registradas na listagem geral (apêndice 1) o tipo de inconsistência encontrada para cada nome duplicado, como: pontuação, utilização indevida de maiúsculas (caixa alta).

7 RESULTADOS

Num universo de amostragem formado por 923 entradas pelo nome pessoal iniciados pela letra **Q**, da Base Minerva da UFRJ (apêndice 1), foram identificados 178 duplicações, que equivalem a 19,3% do total de nomes da letra Q, conforme ilustra o gráfico 2:



Gráfico 2 - Nomes pessoais com a Letra Q - Base Minerva da UFRJ – 2010
 Fonte: Elaboração própria

Observa-se que esses 178 nomes repetidos, correspondem a 70 nomes que apresentaram entradas duplicadas que variam de duas, 3, 4, 5 e 8 vezes respectivamente, de acordo com o quadro 1, a seguir.

NÚMERO DE NOMBES	NÚMERO DE REPETIÇÕES	TOTAL DE ENTRADAS*
48	2	96
13	3	39
5	4	20
3	5	15
1	8	8
70		178

*Produto da coluna 1 com a coluna 2

Quadro 1 - Número de Entradas x Número de Repetições

Conforme já constatado, após pesquisar as 178 entradas duplicadas, resultaram 70 entradas autorizadas para nomes pessoais, o que equivale a 39,3% das entradas em duplicidade. O gráfico 3 mostra esses números.



Gráfico 3 - Resultados obtidos após a pesquisa – 2010
Fonte: Elaboração própria

Essas 70 entradas autorizadas foram pesquisadas por meio das listas de autoridade de fontes reconhecidas nacionalmente ou internacionalmente, a saber: 11 entradas autorizadas foram recuperadas pelo catálogo da Biblioteca Nacional, 45 na Library of Congress e 14 em outras fontes, conforme gráfico 4.

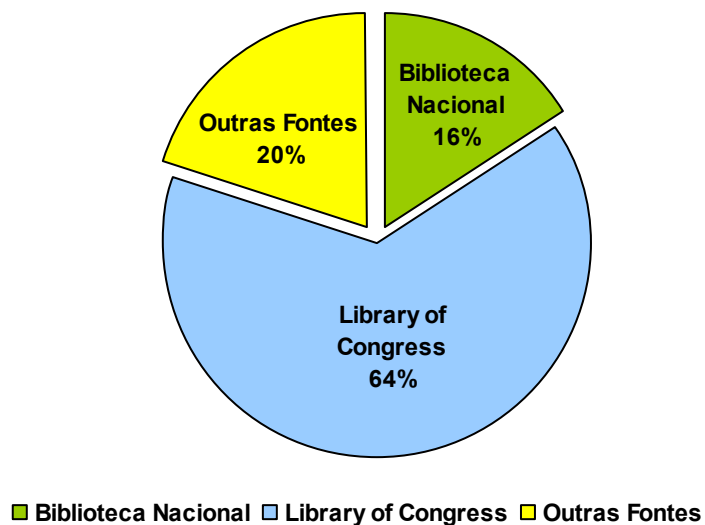


Gráfico 4 - Fontes consultadas para as 70 entradas autorizadas
Fonte: Elaboração própria

Observou-se, ainda, que dentre as 923 entradas com a Letra Q, 190 entradas apresentaram inconsistências enumeradas como: uso de letras em caixa alta, erros de digitação, ou, erros de pontuação, contrariando as regras de catalogação. Essas inconsistências equivalem a 20,6% do total de nomes pesquisados, conforme gráfico 5.

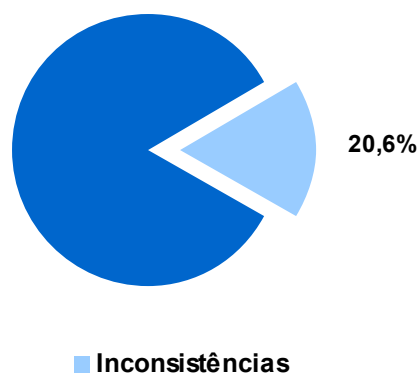


Gráfico 5 - Inconsistências encontradas nas 923 entradas com a Letra Q - Base Minerva da UFRJ – 2010

Fonte: Elaboração própria

Cada inconsistência identificada gerava uma entrada diferente para o mesmo autor, tornando a pesquisa pelo usuário muito lenta, trabalhosa e imprecisa.

O apêndice 1 apresenta uma lista contendo as 70 entradas autorizadas por determinação das fontes pesquisadas e as 178 variações encontradas para os nomes pessoais com a letra Q na Base Minerva bem como, as 190 inconsistências identificadas. Essa listagem serviu de base para toda a análise.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho não pretende constatar falhas nos processos de catalogação efetuados nas bibliotecas da UFRJ, e sim, mostrar a importância da adoção de padrões nos serviços técnicos de uma unidade de informação. Entretanto, o estabelecimento desses padrões por si só não resolve os problemas encontrados no momento da busca pelo usuário, ou mesmo na automação de bibliotecas. Tais medidas demandam o envolvimento do bibliotecário e o seu empenho em efetuar as pesquisas necessárias para que a entrada pelos nomes dos autores seja, não só padronizada, mas consistente, facilitando o compartilhamento entre as bibliotecas e possibilitando a recuperação da informação pelo usuário.

No momento em que no mundo globalizado a palavra de ordem é cooperação, compartilhamento e socialização do conhecimento, as práticas biblioteconômicas têm de se tornar uniformes independente da região onde é praticada. Essa uniformização só se torna possível a partir do uso de códigos e formatos desenvolvidos não só de acordo com padrões biblioteconômicos, mas também com normas internacionais de intercâmbio de dados.

Espera-se que essa pesquisa venha a contribuir com o SiBI para a precisão na recuperação de dados na base de dados Minerva da UFRJ.

.

REFERÊNCIAS

ALEPH : Integrated library system. Disponível em: <http://www.exl.com.br/aleph.htm>. Acesso em: jun. 2010.

CALLONI, Rodrigo. **Controle de Autoridades: treinamento**. [s.l.] : UNIFEI, 2004.

GORMAN, M. Authority control in the context of bibliographic control in the electronic environment. **Cataloging & classification Quarterly**, v. 38, n.3/4, p. 11-22, 2004.

HOPKINSON, Alan. O Common Communication Format desenvolvido pela Unesco. **Ci. Inf.** Brasília, v. 14, n. 1., 1985.

LIMA, Ida Maria; RAPOSO, Maria de Fátima Pereira; SOUZA FILHO, Maria das Graças Freitas; SANTOS, Maria José Veloso da Costa. Contribuição para o estabelecimento de padrões para o processamento técnico nas bibliotecas da UFRJ. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS (7.: Rio de Janeiro: 1991). [Anais] Rio de Janeiro: SiBI/UFRJ, 1991.

MELLO, Paula Maria Abrantes Cotta de; SÁ, Maria Irene da Fonseca e. **O uso da Base Minerva no desenvolvimento da gestão da informação para o conhecimento na UFRJ**. In: Congresso Internacional de Educação Superior (5. : fev. 2006 : Cuba). Disponível em: <http://www.sibi.ufrj.br/paula_cuba_2006.pps#11>. Acesso em: 18 out. 2009.

MEY, Eliane Serrão Alves. **Catálogo e descrição bibliográfica: contribuições à uma teoria**. Brasília: Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal, 1987.

_____. **Introdução à catalogação**. Brasília: Briquet de Lemos, 1995.

_____. **Catálogo no plural**. Brasília: Briquet de Lemos, 2009.

MODESTO, Fernando. **O AACR2 não dá, mas o RDA dará vitaminação ao catalogador**. <Disponível em: http://www.ofaj.com.br/colunas_conteudo.php?cod=334>. Acesso em: maio. 2010.

_____. Conversa para catalogador dormir: alguns caminhos do formato MARC. **Disponível em:** <http://www.ofaj.com.br/colunas_conteudo.php?cod=428>. Acesso em: jun. 2010.

_____. **FRBR modelando a catalogação sem anorexia**. Disponível em: <http://www.ofaj.com.br/colunas_conteudo.php?cod=294>. Acesso em: jun. 2010.

PATTON, Glenn E. (ed.) **Requisitos Funcionales de los Datos de Autoridad (FRAD) : un modelo conceptual**, 2008. Disponível em: <http://www.ifla.org/files/cataloguing/frad/frad_2009-es.pdf>. Acesso em: jun. 2010.

RATHER, Lúcia J. Intercâmbio de informações bibliográficas em formato legível à máquina. In: **Artigos selecionados [e traduzidos do] Library Trends: pt. II**, v. 25, n. 3., 1976-1977.

RUSSO, Mariza; RODRIGUEZ PEREZ, Dolores; SANTOS, Maria José Veloso da Costa. **Acesso em linha aos catálogos das bibliotecas da UFRJ**. Rio de Janeiro: SiBI/UFRJ, 1998.
SANTOS, Maria José Veloso da Costa. A representação da informação em arquivos: viabilidade de uso dos padrões utilizados na biblioteconomia. **Acervo**: Revista do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, v. 20, n. 01/02, jan./dez. 2007.

SILVEIRA, Naira C. Os FRBR e a representação da informação. In: CINFORM : **Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa da Informação** (7. : jun. 2007 : Salvador). [Anais].
Disponível em:
<<http://www.cinform.ufba.br/7cinform/soac/papers/38f9df7ec0b3b1bf3d5b39bcd17c.pdf>>
Acesso em: jun. 2010.

SiBI em números 2008. Disponível em: <http://www.sibi.ufrj.br/sibi_numeros.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2009.

APÊNDICE A – Resultado da pesquisa realizada nas listas de autoridade - 2010

	Entradas Autorizadas	Fontes	Entradas encontradas na Base Minerva	Inconsistências
1	Quade, E. S. (Edward S.)	LC	QUADE E S	Maiúsculas
			Quade, Edward S	
2	Quadros, António, 1923-1993	BN	Quadros, António	
			Quadros, António, 1923-	
			Quadros, António, 1923-1993	
3	Quadros, Daniel G. A.	LC	QUADROS, DANIEL G A	Maiúsculas
			QUADROS, DANIEL GERK AZEVEDO	Maiúsculas
			Quadros, Daniel Gerk de Azevedo	
4	Quadros, E. F.		QUADROS, EDA	Maiúsculas
			Quadros, Eda F. de	
			Quadros, Eda Freitas de	
5	Quadros, Francisco Raimundo Ewerton, 1841-1919.	BN	Quadros, F.R.E	
			Quadros, F. R. Ewerton	
			Quadros, Francisco Raymundo Ewerton, 1841-1919	
6	Quadros, Luiz Padilha	LC	Quadros, Luis Padilha	
			Quadros, Luiz Padilha	
			Quadros, Luiz Padilha de	
7	Quadros, Luiz Miguel Berford		Quadros, Luiz Miguel	
			Quadros, Luiz Miguel Berford	
			Quadros, Luiz Miguel Berlford	Verificar ortografia
8	Quadros, Marion Teodósio de		Quadros, Marion Teodódio	Verificar ortografia
			Quadros, Marion Teodósio de	

(Continua)

(Continuação)

	Entradas Autorizadas	Fontes	Entradas encontradas na Base Minerva	Inconsistências
9	Quagliano, James V. (James Vincent), 1915-	LC	Quagliano, J. V	
			Quagliano, James V	
			Quagliano, James V. (James Vincent), 1915-	
			Quagliano, James Vincent	
			QUAGLIANO, JAMES VINCENT, 1915-	Maiúsculas
10	Quain, Buell H. (Buell Halvor), 1912-1939	LC	Quain, Buell	
			Quain, Buell H., 1912-1939	
11	Quaintenne, Esteban.	BN	QUAINTENNE, ESTEBAN	Maiúsculas
			Quaintenne, Esteban	
12	QUALHARINI, E. L.		Qualharini, Eduardo L.	
			QUALHARINI, EDUARDO LINHARES	Maiúsculas
			Qualharini, Eduardo Linhares , e orient	
13	Quandt, Richard E.	LC	QUANDT R E	Maiúsculas/Pontuação
			Quandt, Richard E	
			QUANDT, RICHARD EMERIC	Maiúsculas
14	Quantz, Johann Joachim, 1697-1773	LC	Quantz, Joahann Joachim, 1697-1773	
			Quantz, Johann Joachim, 1697-1773	
15	Quantz, Ludwig	BNE	QUANTZ, L	Maiúsculas
			QUANTZ L	Maiúsculas/Pontuação
16	Quarante, Danielle	BnF	Quarante, Danielle	
			Quarente, Danielle	Verificar ortografia
17	Quaroni, Ludovico	BNCR	Quaroni, L	
			QUARONI L	Maiúsculas

(Continuação)

	Entradas Autorizadas	Fontes	Entradas encontradas na Base Minerva	Inconsistências
18	Quasimodo, Salvatore, 1901-1968	LC	Quasimodo, Salvatore	
			Quasimodo, Salvatore, 1901-1968	
19	Quastel, J. H. (Juda Hirsch)	LC	Quastel,J. H	Pontuação
			Quastel, J. H.	
20	Quastler, Henry	LC	QUASTLER H	Maiúsculas
			Quastler, Henry	
21	Quatrefages, A. de (Armand), 1810-1892	LC	Quatrefages, A. de (Armand de), 1810-1892	
			Quatrefages, Armand de, 1810-1892	
22	Queda, Oriowaldo, 1939-	BN	QUEDA O	Maiúsculas
			Queda, Oriowaldo, 1939-	
23	Queenan, John T.	LC	Queenan,John T	Pontuação
			Queenan, John T.	
24	Queirós, Bartolomeu Campos, 1949-	BN	Queiros, Bartolomeu Campos	
			Queiros, Bartolomeu Campos, 1949-	
			Queirós, Bartolomeu Campos de, 1944-	
25			Queiroz, Aristides Galvão	
			Queiroz, Aristides Galvão de	
26	Queirós, Bartolomeu Campos, 1949-	BN	QUEIROZ, BARTOLOMEU CAMPOS	Maiúsculas
			Queiroz, Bartolomeu Campos de	
27	Queiroz, Carlos Sanchez de, 1907-	BN	Queiroz, Carlos Sanchez	
			QUEIROZ, CARLOS SANCHEZ DE	Maiúsculas

(Continuação)

	Entradas Autorizadas	Fontes	Entradas encontradas na Base Minerva	Inconsistências
28			QUEIROZ, CESAR AUGUSTO VIEIRA	Maiúsculas
			QUEIROZ, CESAR AUGUSTO VIEIRA DE	Maiúsculas
29	Dulciene Maria de Magalhaes Queiroz	BN	Queiroz, Dulciene Maria de Magalhães	
			Queiroz, Dulciene Maria Magalhães	
30	Queiroz, Eduardo Mach	BN	Queiroz, Eduardo Mach	Pontuação
			QUEIROZ, EDUARDO MACH	Maiúsculas
31	Queiroz, Luciano Paganucci de	LC	Queiroz, Luciano Paganucci de	
			Queiroz, Luciano Paganucci de, 1958-	
32	Queiroz, Luiz Otávio de Seixas		Queiroz, Luiz Octávio de Seixas	Verificar ortografia
			Queiroz, Luiz Otávio de Seixas. Tradução de	
33	Queiroz, Maria Isaura Pereira de		Queiroz , Maria Isaura Pereira de	Pontuação
			QUEIROZ, MARIA ISAURA PEREIRA DE	Maiúsculas
34	Queiroz, Maria José de, 1936-	BN	Queiroz, Maria José de	
			Queiroz, Maria José de, 1936-	
35	Queiroz, Rachel de, 1910-2003	BN	Queiroz, Rachel de, 1910-2003	
			Queiroz, Raquel de	
36	Quemada, B. (Bernard)	LC	QUEMADA,B.,DIR	Maiúsculas/Pontuação
			QUEMADA,BERNARD	Maiúsculas/Pontuação
37	Queneau, Paul E., 1911-	LC	QUENEAU P	Maiúsculas/Pontuação
			QUENEAU P E	Maiúsculas/Pontuação
			Queneau, Paul E., 1911-	

(Continuação)

	Entradas Autorizadas	Fontes	Entradas encontradas na Base Minerva	Inconsistências
38	Queneau, Raymond, 1903-1976	LC	Queneau, Baymond	
			Queneau, Raymond, 1903-1976	
39	Quennell, Peter, 1905-1993	LC	Quennell, Peter, 1905-	
			Quennell, Peter, 1905-1993	
40	Quenouille, M. H.	LC	QUENOUILLE, M H	Maiúsculas/Pontuação
			QUENOUILLE, MAURICE HENRY	Maiúsculas
			QUENOVILLE, M H	Maiúsculas/Pontuação
			QUENOVILLE, MAURICE HENRY	Maiúsculas
41	Quentin, Henri, 1872-1935	LC	QUENTIN,HENRI	Maiúsculas/Pontuação
			Quentin, Henri, 1872-1935	
42	Quenzer, Alain	LC	QUENZER, A	Maiúsculas
			QUENZER, ALAIN	Maiúsculas
43	Quercy, Pierre, 1886-	LC	Quercy, Pierre	
			Quercy, Pierre, 1886-	
44	Quéré, Yves	LC	QUERE, Y	Maiúsculas
			QUERE Y	Maiúsculas/Pontuação
45	Querido, Antonio Martins	LC	Querido, Antonio A. M	
			QUERIDO,ANTONIO A.M	Maiúsculas/Pontuação
			QUERIDO,ANTONIO AUGUSTO M	Maiúsculas/Pontuação
			Querido, Antônio Augusto Martins	

(Continuação)

	Entradas Autorizadas	Fontes	Entradas encontradas na Base Minerva	Inconsistências
46	Querino, Manuel Raymundo, 1851-1923	LC	Querino, Manuel Raimundo, 1851-1923	
			Querino, Manuel Raymundo. 1851-1923	
47	Querol Gavaldá, Miguel	LC	QUEROL GALVADA,MIGUEL	Maiúsculas/Pontuação
			QUEROL GAVALDA	Maiúsculas
			QUEROL GAVALDA,MIGUEL	Maiúsculas/Pontuação
			QUEROL,MIGUEL.,TRANS	Maiúsculas/Pontuação
48	Quesada, Vicente G. (Vicente Gregorio), 1830-1913	LC	Quesada, Vicente G	
			Quesada, Vicente Gregorio, 1830-1913	
49	Quesado, Clécio	LC	Quesado, José Clécio Basílio	
			Quesado, José Clécio Basílio, 1945-	
50	Quesnay, François, 1694-1774	LC	QUESNAY, FRANCOIS	Maiúsculas
			Quesnay, François, 1694-1774	
51	Quicherat, L. (Louis), 1799-1884	LC	Quicherat, Louis, 1779-1864	
			Quicherat, Louis, 1799-1864	
			Quicherat, Louis, 1799-1884	
52	Quicoli, Antonio Carlos	LC	QUICOLI,ANTONIO CARLOS	Maiúsculas/Pontuação
			Quicoli, Antônio Carlos	
53	Quilis, Antonio	LC	Quilis, Antonio	
			QUILIS,ANTONIO	Maiúsculas/Pontuação
			Quilis, Antonio, 1933-	
			Quilis, Antonio, 1933-2003	

(Continuação)

	Entradas Autorizadas	Fontes	Entradas encontradas na Base Minerva	Inconsistências
54	Quiller-Couch, Arthur Thomas, Sir, 1863-1944	LC	Quiller-Couch, A. T	
			Quiller-Couch, Arthur	
			Quiller-Couch, Arthur, 1863-1944	
			Quiller-Couch, Arthur, Sir, 1863-1944	
			Quiller-Couch, Arthur Thomas, 1863-1944	
			Quiller-Couch, Arthur Thomas, Sir, 1863-1941	
			Quiller-Couch, Arthur Thomas, sir, 1863-1944	
			Quiller-Couch, sir, Arthur Thomas, 1863-1944	
55	Quilligan, Edward J., 1925-	LC	Quilligan, E.J	
			Quilligan, Edward J	
56	Quilligan, Maureen, 1944-	LC	Quilligan, Maureen, 1944-	
			Quilligan, Maureen. coordenacao de	
57	Quilliot, Roger, 1925-	LC	Quilliot, Roger	
			Quilliot, Roger, 1925-	
			Quilliot, Roger 1925-1998	
58	Quilter, Jeffrey, 1949-	LC	Quilter, Jeffrey	
			Quilter, Jeffrey, 1949-	
59	Quin, Louis D., 1928-	LC	Quin,Louis D	Pontuação
			Quin, Louis D	
60	De Quincey, Thomas, 1785-1859	LC	Quincey, Thomas de	
			Quincey, Thomas de, 1785-1859	

(Continuação)

	Entradas Autorizadas	Fontes	Entradas encontradas na Base Minerva	Inconsistências
61	Quinet, Antonio, 1951-	LC	Quinet, Antonio, 1951-	
			QUINET, ANTONIO A.	Maiúsculas
			Quinet, Antonio A. (Antonio Augusto)	
62	Quinet, Edgar, 1803-1875	LC	QUINET E	Maiúsculas
			Quinet, Edgar	
			Quinet, Edgar, 1803-1875	
			Quinet, Edgard	
			Quinet, Edgard, 1803-1875	
63	Quinet, Jean	BnF	Quinet, J	
			QUINET J	Maiúsculas
64	Quinn, James Alfred, 1895-	LC	Quinn, James A	
			Quinn, James Alfred, 1895-	
65	Quintela, Donaldson Medina		Quintela, Donaldson Medicina	
			QUINTELA, DONALDSON MEDINA	Maiúsculas
66	Quintela, Paulo, 1905-	LC	Quintela, Paulo	
			Quintela, Paulo, 1905 -	
			Quintela, Paulo, 1905-	
			Quintela, Paulo, 1905-1987	
67	Quintella, Rogerio H.	LC	Quintella, Rogerio H	
			Quintella, Rogério Hermida	

(Conclusão)

	Entradas Autorizadas	Fontes	Entradas encontradas na Base Minerva	Inconsistências
68	Quintella, Sandra	LC	Quintella, Sandra	
			Quintella, Sandra, 1944-	
69	Quirino, Célia Galvão	LC	Quirino, Célia Galvão	
			Quirino, Célia N. Galvão	
70	Quirós, Julio Bernaldo de		Quiros,J.B	Pontuação
			Quiros, J.B. de	Pontuação
			Quiros, Julio B. de	
			Quiros, Julio Bernaldo	
			Quirós, Julio Bernaldo de	

Quadro 2 - Resultado da pesquisa realizada nas listas de autoridade - 2010.